

José Carlos de Oliveira Casulo¹

Doutor em Educação, especialidade de Filosofia da Educação

Professor Associado, com *tenure*

Universidade do Minho (Instituto de Educação)

Braga

Portugal

Título: Dispersos de Álvaro Ribeiro sobre a universidade portuguesa

Palavras-chave:

Álvaro Ribeiro, Portugal, Universidade, Pedagogia, Filosofia

Resumo:

Álvaro de Carvalho de Sousa **Ribeiro** (1905-1981), aluno que foi de Leonardo Coimbra, na primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tornou-se, também ele, num dos maiores filósofos portugueses do seu tempo. Figura proeminente do movimento da Filosofia Portuguesa, pelo menos desde que publicou, em 1943, o ensaio *O problema da Filosofia Portuguesa*, já nesta crucial obra manifestava preocupação com a questão do paradigma do ensino universitário, preocupação essa que, aliás, esteve sempre presente ao longo da sua obra, revelando-se, para além de outros escritos, em muitos dos seus mais de trezentos textos dispersos.

Neste artigo investiga-se, precisamente, a reflexão de Álvaro Ribeiro sobre a Universidade em dispersos vindos a lume entre 1933 e 1981, dividindo-se a análise das fontes em três períodos: décadas de 30 e 40, década de 50 e décadas de 60, 70 e 80. Destacam-se, nesta análise, temáticas como, v. g., a crítica ao modelo de universidade imposto pelo Marquês de Pombal, como o estatuto de professores e alunos universitários e a respetiva relação pedagógica ou como o papel da Filosofia no ensino universitário português.

¹ jcasulo@ie.uminho.pt

Dispersos de Álvaro Ribeiro sobre a universidade portuguesa

1. Introdução

Detentor de uma privilegiada experiência de educação universitária na primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto, experiência essa que o despertou para a Filosofia e que foi o berço do seu árduo caminho de pensador, a universidade, concretamente a universidade portuguesa, foi um dos incontornáveis temas de reflexão de Álvaro Ribeiro. Para fundamentar esta afirmação bastaria tão só recordar *O problema da Filosofia Portuguesa*, pequena mas marcante obra da cultura filosófica portuguesa do século XX.

A reflexão alvarina sobre a universidade pode beber-se, sem exclusão de outras fontes, também nos textos dispersos que publicou ao longo da sua vida. Ora, o objetivo deste estudo é, justamente, investigar as ideias sobre a universidade que o nosso autor deixou registadas nos seus dispersos, laboriosamente coligidos e magnificamente organizados e apresentados pelo Dr. Joaquim Domingues em. Assim, abordaremos aqui dezanove títulos exclusiva ou substancialmente dedicados à temática da universidade e publicados ao longo de quase meio século, concretamente de 1933 a 1981, ano da morte do nosso filósofo. São eles: “Inquérito sobre a universidade” (1933), “Programa de um estudo nacional” (1943), “Faculdade de Filosofia” (1944), “O Porto e os estudos humanísticos” (1945), “A História da Filosofia e o ensino universitário” (1947), “Faculdade de Letras ou Faculdade de Filosofia” (1949), “Teses de Filosofia” (1949), “O ensino da Teologia e a filosofia portuguesa” (1952)², “*O Drama do Universitário*, por Afonso Botelho, Lisboa, 1955” (1955), “Entre o Passado e o Futuro – A Filosofia Portuguesa em 1955” (1955), “Residências de Professores” (1955), “Associações Académicas” (1956), “Culto e Cultura na vida nacional” (1956), “Testemunho – Introdução: O Filósofo e o Homem” (1957), “A antiga Faculdade de Letras do Porto e a Renascença Portuguesa” (1966), “Decénios e vinténios” (1969), “Ensino Superior, Ensino Soberano” (1970), “Revolução Universitária” (1971), “Ausência e presença da Filosofia” (1981).

² A parte deste estudo referente aos dispersos até aqui elencados, compreendidos entre 1933 e 1952, já foi publicada, apresentando-se, agora, praticamente tal como foi tratada em “Álvaro Ribeiro: De Universidade (dispersos entre 1933 e 1949)” (cfr. referência completa na bibliografia final).

Dividimos a exposição em três diferentes pontos, que correspondem, cada um deles, a cada um dos três volumes da edição dos *Dispersos* utilizada, abrangendo três períodos: décadas de 30 e 40, década de 50 e décadas de 60,70 e 80.

2. Dispersos das décadas de 30 e 40

O jornal figueirense *A Voz da Justiça*, em 1933, no âmbito de um inquérito sobre a universidade promovido junto de figuras da intelectualidade portuguesa da época, quis ouvir Álvaro Ribeiro, tendo-lhe colocado as seguintes três questões: 1) Parece-lhe que a organização e o espírito do ensino universitário correspondem às necessidades espirituais do nosso tempo?; 2) Conhece alguns factos que denunciem a crise da nossa universidade?; 3) Quais os meios que considera eficientes e práticos para se valorizar a nossa cultura e refundir a nossa mentalidade?

À primeira destas perguntas, o filósofo portuense começou por responder assinalando que entendia ser a liberdade não só uma grande necessidade do tempo em que escrevia, como uma necessidade espiritual de sempre –“A aspiração espiritual do nosso tempo, a aspiração espiritual de sempre, é a liberdade...” (Ribeiro, 2004a, p. 139) –, liberdade que o autor, nesta circunstância, entendia sobretudo como liberdade metafísica, por ser “... a mais forte garantia da liberdade de pensamento...” (Idem, p. 139), já que esta, a não se fundamentar na liberdade metafísica, estaria seriamente ameaçada por um determinismo societário-materialista, legitimador, por um lado, de um Estado possuidor do “...direito objetivo de traçar os limites da liberdade de pensamento...” (Id., p.140) e, por outro lado, do predomínio de uma filosofia imanentista da cultura sobre uma filosofia transcendentalista do espírito.

Partindo deste equacionamento filosófico, Álvaro Ribeiro não hesitou em afirmar que, quanto à liberdade de pensamento, a universidade portuguesa do seu tempo muito deixava a desejar, principalmente porque, nela, a Filosofia não tinha assegurada uma presença digna do seu estatuto: “Na Universidade portuguesa nem sequer há um curso de filosofia: a filosofia –e filosofia sem metafísica, falsa filosofia– é representada por algumas cadeiras anexas ao curso de habilitação dos professores de história.” (Id., p. 141).

Sem filosofia metafísica, a universidade portuguesa caía numa pedagogia erística e autoritária, produzia teses “...de erudição copiosa e rebuscada...” (Id.) e formava alunos cheios “... de preconceitos, [com] tendência de oposição a tudo quanto seja extraordinário e novo (...) e incapazes de atingir o alto plano de vida espiritual dum militante operário...” (Id.) · Assim, pois, para

o nosso autor, em Portugal, “...seguir um curso universitário é pôr em perigo a liberdade de pensamento...” (Id.).

À segunda questão do inquérito. Álvaro Ribeiro respondeu sem indicar factos concretos denunciadores da crise da universidade, mas apontando, em abstracto, aspectos sintomáticos dessa crise, todos eles tendo por denominador comum o perfil dos professores. O primeiro desses sintomas era a própria forma de contratação do pessoal docente, feita através de um concurso cujo resultado era ditado pelo “...cobarde processo das bolas brancas e pretas...” (Id.) que encobria, na sua opinião, a farsa de “...dar vestimenta jurídica a uma escolha que obedeceu já a um critério oculto...” (Id.). O segundo sintoma residia no sistema de avaliação dos alunos unicamente em exame, sistema sobre o qual pensava Álvaro Ribeiro que, ao apenas verificar o grau de memorização das matérias alcançado pelos examinandos, servia para libertar os professores de um trabalho pedagógico empenhado em alcançar o sucesso da totalidade dos alunos e em nada contribuía para determinar a criatividade e capacidade de pensar dos jovens universitários; para o pedagogo portuense, com efeito, “...fazer exame será sempre reproduzir a sebenta, dizer definições e exemplos (...), enfim, tudo menos a demonstração de pensamento livre, atuante e fecundo...” (Id.).

A estes sintomas da crise da universidade portuguesa de então, outros acresciam. Assim a obrigatoriedade de frequência das escolas, entendida pelo autor como um “...combate ao estudo livre, ao autodidatismo, ao livre exame, à liberdade de pensamento...” (Id.). Assim também a pedagogia autoritária, raiz de uma barreira “...entre o lente e o estudante (...) que só o *urso* pode atravessar...” (Id., p. 143). Assim, finalmente, o mau exemplo dado pela “...improbidade dos plagiários ou dos arguentes nos concursos...” (Id.) e pelos “...catedráticos que sacrificam a coerência política e a independência moral à mesquinha estabilidade burocrática...” (Id.).

Ao responder à terceira interrogação deste inquérito, o filósofo portuense esboçou uma solução para debelar os males da universidade. Com Ortega y Gasset, Álvaro Ribeiro sugeria que os primeiros responsáveis pelas universidades fossem os alunos —“...as universidades devem ser entregues aos estudantes...” (Id., p. 144)³ — cabendo ao Estado um papel “...mínimo de regulamentação e fiscalização...” (Id.). Os estudantes, ainda, escolheriam os professores universitários de entre “...pessoas que demonstrassem competência na realização de trabalhos em qualquer distrito da atividade espiritual...” (Id., pp. 144-145).

³ Ib., p. 144. Porém, na nota de rodapé 3 desta mesma página, Álvaro Ribeiro subtilmente frisava ser seu entendimento que os alunos em que estava a pensar eram aqueles que tinham ingressado na universidade através do ensino profissional e não os que a ela acediam vindos dos liceus, como normalmente acontecia.

O artigo “Programa de um estudo nacional”, publicado em 1943, serviu ao nosso filósofo para perorar em torno da importância de se pensar “...o carácter do português, definir as qualidades permanentes do povo, e reconhecê-las para além do véu das escolas literárias, das reformas pedagógicas, dos movimentos políticos [e] das alterações sociais...” (Ribeiro, 2004a, p. 226). Foi neste sentido que Álvaro Ribeiro defendeu que se instituisse, nas Faculdades de Direito e de Letras, “...o ensino da Filosofia da História segundo uma interpretação nacional...” (Id, p. 227). Conseguir-se-ia, deste modo, na sua visão, contribuir para que se ultrapassasse o conhecimento científico da História de Portugal, para se alcançar aquela superior noção de civilização portuguesa “...que só a Filosofia da História (...) deriva e determina corretamente...” (Id.), noção de civilização portuguesa essa sem a qual seria impossível compreender Portugal como entidade superior à factualidade histórica, mesmo que grandiosa e original.

Nas linhas de “Faculdade de Filologia” (1944), o nosso pensador começou por constatar que, em Portugal, as faculdades de Letras reuniam no seu seio diversas áreas de estudo (Filosofia, História, Filologia, Geografia...), as quais, nas suas palavras, “...reciprocamente se adúlteram (...) [por força das] conveniências de administração interna e de finalidade externa [que] sacrificam todos os cursos a determinações que, por comuns, alteram as diretrizes particulares...” (Ribeiro, 2004a, p. 259).

Pretendia o discípulo de Leonardo que, como passo resolutivo desta situação, os estudos filológicos se autonomizassem e dessem origem a uma nova escola universitária: a Faculdade de Filologia, a qual, “...despertando nos estudiosos portugueses a compreensão dos outros povos e do espírito universal (...) [seria] um factor de cultura...” (Id.).

“O Porto e os seus estudos humanísticos” é o título de uma carta dirigida a Magalhães Basto, na qual Álvaro Ribeiro apoiava a ideia de se instalar, no Porto, uma Faculdade de Letras, o que, aliás, acabaria por suceder. Ora, aluno que tinha sido da primeira Faculdade de Letras da cidade da Virgem, o nosso pedagogo, compreensivelmente, não podia ter deixado de evocar o exemplo da sua *alma mater*. Evocar “...o exemplo sempre presente (...) da extinta Faculdade de Letras...” (Ribeiro, 2004a, p. 294), contudo, não significa que Álvaro Ribeiro pretendesse a sua refundação, pois, como bem sublinhou a este respeito, “Há acontecimentos que não se podem repetir.” (Idem).

Não obstante, se bem que sempre numa postura que transparece como sendo a do ideal a apontar e não a do possível a realizar, o filósofo não se eximiu a afirmar que o êxito da sua Faculdade de Letras se deveria a, sobretudo, duas razões. A primeira era o critério que tinha sido utilizado para

a constituição do seu corpo de professores, que se baseava tão simplesmente na amizade decorrente da sua comum vivência espiritual:

“O que tornou admirável a atividade da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, o que lhe deu invulgar eficiência pedagógica e profícua extensão universitária, foi o modo de recrutamento do seu pessoal docente. Os laços de comprovada amizade e o sentido de afinidade espiritual garantiram à maioria dos professores dessa escola a realização de uma obra que só hoje é apreciada com justiça e rememorada com saudade.” (Id.) .

Mas a qualidade que distinguiria, para sempre, a primeira Faculdade de Letras do Porto, devia-se, ainda, segundo o nosso autor, aos estudos filosóficos que nela tinham ocorrido: “O prestígio da extinta Faculdade de Letras da Universidade do Porto dependeu primeiramente da secção de filosofia, e, a seguir, da secção de história, sem que esta verdade signifique desvalorização do grupo de filologia.” (Id., pp. 294-295).

No texto de 1947 intitulado “A História da Filosofia e o ensino universitário”, o nosso autor discorreu sobre a questão técnico-didática da divisão e ensino tradicionais da História da Filosofia, ao nível universitário, em História da Filosofia Antiga, História da Filosofia Medieval, História da Filosofia Moderna e História da Filosofia Contemporânea. Este era, para ele, um paradigma didático eivado de positivismo que, preconceituosamente, atentava contra o desenvolvimento da filosofia portuguesa: “Tudo quanto de injusto se tem escrito contra o passado (e até contra o futuro!) do pensamento português, assenta na admitida falsidade de que a filosofia se desenvolve como um só fio que teve origem em Tales de Mileto (...) e que termina atualmente...” (Ribeiro, 2004a, p. 328).

Não era assim, na tese de Álvaro Ribeiro. Para ele, os povos superiores —e exemplificava com o povo grego— tinham criado filosofias próprias, o que também tinha acontecido com o povo português, pelo que, em vez de se falar em Filosofia Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea, se deveria falar em Filosofia grega, alemã ou portuguesa. A divisão e ensino universitários da História da Filosofia deveria obedecer, então, nas suas palavras “... a um critério filológico, ou seja; à divisão por idiomas e por povos...” (Idem, p. 326) .

Consequência da aplicação deste critério seria, também, a transformação do ensino da disciplina de *História da Filosofia em Portugal*, dele passando a fazer um meio para se alcançar a consciência da matriz genésica escolástica, “[que] eleva a inteligência humana até ao nível da Revelação

Cristã...” (Id., p. 327) , do pensamento filosófico português, matriz genésica essa que, perdurante para além da influência iluminista, era atacada e obnubilada, contemporaneamente, por “... uma flexível modalidade de positivismo para uso de crédulos e incrédulos..” (Id.) , a qual em muito era fruto da “...instituição do Curso Superior de Letras de Lisboa, (...) foco de radiação do positivismo, e à extinção da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra por inevitável conclusão de ordem política...” (Id., p. 328) .

No sexto disperso selecionado para esta análise - “Faculdade de Letras ou Faculdade de Filosofia?...”, Álvaro Ribeiro como que retomou a temática presente em “Faculdade de Filologia”, orientando agora o seu discurso noutra direção, a saber, a da relação de tensão entre a Literatura e a Filosofia e o modo como esta relação se consumava ao nível das faculdades de Letras.

Para o pensador, depois de um período de influência positivista, em que a “...Filosofia, (...) outrora considerada a primeira das ciências, passou (...) a ser tratada como um género literário ou última disciplina das Letras...” (Ribeiro, 2004a, p. 361) , assistia-se, na época em que escrevia, “...a uma inversão na ordem destas questões...” (Idem, p. 362) . Este novo estado de coisas impunha, para Álvaro Ribeiro, que se reformassem as faculdades de Letras de modo a que se refletisse, na organização do ensino universitário, a crescente aceitação da importância dos estudos filosóficos. Não se contentando com a opinião dos intelectuais oriundos dos estudos literários, que apontava no sentido de que “...a designação imprópria de *Faculdade de Letras* (...) [fosse] substituída pela de *Faculdade de Filosofia*...” (Id.) , Álvaro Ribeiro ia mais longe e propunha que, em Portugal, as faculdades de Letras dessem origem a “...duas escolas superiores, inteiramente diversas: a Faculdade de Filologia e a Faculdade de Filosofia...” (Id.) , diferentes entre si no currículo, mas unidas pela preocupação compartilhada de, cada uma na sua esfera de ação, promover a cultura portuguesa:

“Na primeira, [a Faculdade de Filologia], estudar-se-iam as línguas e as literaturas dos povos, de mais interesse para a nossa cultura, pondo termo à injustificável hegemonia da filologia francesa. Na Faculdade de Filosofia, habilitada com privativas disciplinas filológicas, seria estabelecido o ensino das ciências filosóficas, num plano concordante com a tradição especulativa dos portugueses.” (Id.) .

Em “Teses de Filosofia”, o nosso pedagogo tomou por objeto da sua reflexão a questão de saber como deveria decorrer o trabalho de escolha do tema e da elaboração das teses de Filosofia dos cursos de licenciatura em Histórico-filosóficas das faculdades de Letras da universidade portuguesa, tendo

em conta as dificuldades naturalmente advenientes “... de um curso que é simultaneamente de-história-e-de-filosofia...” (Ribeiro, 2004a, p. 391), dificuldades que constituíam um entrave à produção de teses de filosofia de nível elevado, mas não esquecendo, também, a incapacidade da maior parte dos licenciandos para fazerem uma escolha correta.

Álvaro Ribeiro propunha algumas soluções, começando por alvitrar que se estabelecesse como princípio que os temas para as dissertações fossem escolhidos a partir de uma lista, anualmente renovada, elaborada pelo Conselho Escolar das faculdades de Letras, obrigando-se a generalidade dos estudantes a optarem por um dos temas desta lista. Não obstante, previa o filósofo uma exceção: “Ninguém impedirá que o aluno exceccionalmente dotado venha a escolher, para dissertação de licenciatura, um rema que não esteja previsto pelo Conselho Escolar...” (Idem).

Apesar da aparência talvez pouco simpática desta recomendação, não era a diminuição da liberdade discente que Álvaro pretendia, mas sim o bem maior de garantir uma coordenação eficiente do ensino superior e, por sobre este, o ainda maior bem de salvaguardar o princípio pedagógico mais elevado da representação, no ensino, da tradição nacional, o que, para ele, implicava que, em Portugal, “... uma escola superior de filosofia fosse, portanto, uma escola de filosofia portuguesa...” (Id.).

E exatamente daqui nascia a terceira recomendação do pensador portuense: as teses de Filosofia teriam que versar sobre temas e autores portugueses, pelo que as problemáticas e os filósofos de outros países não poderiam ser objeto destes trabalhos académicos, sob pena de, a ser assim, a universidade portuguesa se tornar num entrave ao “... esclarecimento dos nossos problemas em proveito da divulgação do pensamento de além-Pirinéus...” (Id., p. 393).

Ligado a este, um outro conselho de Álvaro se seguia, a saber, o de que se passasse a designar a disciplina de *História da Filosofia em Portugal*, ministrada nos cursos de licenciatura em Histórico-filosóficos das faculdades de Letras, por *História da Filosofia Portuguesa*, atribuindo-se-lhe uma duração mínima de dois anos letivos, de modo a que, assim, os alunos finalistas melhor preparados ficassem para produzirem dissertações “... que prestigiassem a nossa cultura aos olhos de todos os observadores europeus...” (Id., p. 394).

Um último conselho deixava o pensador e era o de que os professores para tal nomeados acompanhassem efetivamente os alunos ao longo do tempo de redacção das suas teses e que assumissem, aquando da defesa pública do trabalho, a sua quota-parte de responsabilidade sobre o mesmo, manifestando, assim, a solidariedade moral que deve existir entre *mestre e discípulo...*” (Id., p. 393).

3. Dispersos da década de 50

Dedicou o discípulo de Leonardo as páginas de “*O ensino da Teologia e a Filosofia Portuguesa*” (1952) à defesa do “... o restabelecimento da faculdade de teologia na Universidade portuguesa e, ainda mais, o ensino da teologia católica em alguns dos nossos cursos superiores...” (Ribeiro, 2004a, p. 445).

Justificava o nosso autor a sua posição, desde logo, com o argumento de ser a Teologia a primeira das ciências, dado que “... só dentro dela é lícito falar de *verdades eternas*...” (Idem). Naturalmente, Álvaro percebia bem que esta ideia de modo algum seria aceitável para a mentalidade positivista portuguesa, cujas conceções epistemológicas claramente de evidenciavam “... na ordenação(...) [em vigor] das faculdades universitárias...” (Id.). Por isso, lamentava “... os pensadores que, abstendo-se de meditar sobre o tempo e sobre a história, fatalmente se equivocam quando falam (...) de teologia (Id.).

A favor do restabelecimento dos estudos teológicos universitários em Portugal, invocava, ainda, os benefícios que adviriam para outros estudos, exemplificando com os professados nas faculdades de Letras. Nestas, na sua visão, uma disciplina de Teologia lecionada logo no primeiro ano forneceria aos alunos dos cursos de Filologia (clássica, românica ou germânica), a instrumentação conceptual necessária para, quanto aos estudantes das línguas e culturas clássicas, passarem a estar “... habilitados a situar adequadamente os cultos pagãos na escala fenomenológica para a religião absoluta...” (Id., p. 147) , bem como para, no caso dos estudantes de românicas e de germânicas, melhor os dotar da capacidade de “... interpretar obras literárias que não podem ser perfeitamente compreendidas senão pelas diretas ou indiretas, mas quase sempre subtis, relações com a teologia católica...” (Id.).

Estando, destarte, a sublinhar a importância já não só da Teologia em geral, mas da teologia católica em particular, Álvaro Ribeiro não o fazia, como o fez notar, com “... intentos de propagação da fé ou de política retrógada...” (Id., p. 446), mas por outras razões. Fazia-o, então, porque a considerava imprescindível para o aprofundamento da investigação sobre o humanismo luso, a cuja compreensão o seu (da Teologia católica) conhecimento era “...tão indispensável como o da história pátria...” (Id.).

Mas sublinhava a peculiar importância do conhecimento da Teologia católica também devido ao seu valor formativo, quer por o seu estudo –ressalvado o lugar próprio da dogmática e do articulado de fé- proporcionar “... aquela liberdade de pensamento que a Igreja Católica nunca deixou de defender...” (Id.); quer por elucidar, já os descrentes em geral, sobre a verdade do catolicismo,

obscurecida por “... alguns pensamentos que abusivamente se encontram em livros inferiores...” (Id.) , já particularmente os descrentes de atitude filosófica iluminista, sobre a confusão por estes muitas vezes feita entre “...os mais vulgares absurdos com os augustos mistérios da fé...” (Id.) , aludindo o nosso autor, a título ilustrativo, ao “...Mistério da Santíssima Trindade, cuja meditação obriga a esclarecer superiormente os conceitos de pessoa e de liberdade, tão importantes para a ética implícita na filosofia portuguesa...” (Id.) ; quer, enfim, porque, em seu entendimento, a compreensão do espírito filosófico português, de matriz genésica escolástica, não podia ser completamente alcançada sem “... uma síntese dogmática que perfeitamente se harmonize com a religiosidade peculiar do povo...” (Id., p. 447)

De 1955 data a recensão “*O Drama do Universitário*, por Afonso Botelho, Lisboa”, bem como os artigos “Residências de Professores” e “Entre o Passado e o Futuro – A Filosofia Portuguesa em 1955”. Aquela primeira é, como dito, uma recensão à obra em causa, na qual encontramos alguma concordância alvarina com as reflexões sobre a universidade feitas por Afonso Botelho, mas também uma discordância final. Desde logo a sua concordância com o autor da obra recenseada quanto às críticas, por este subscritas, feitas por vários autores, ao longo do tempo, ao modelo de ensino universitário saído da reforma universitária do Marquês de Pombal. Mais em concreto, dois aspetos havia nas teses de Afonso Botelho que Álvaro Ribeiro enfatizava, em tom de concordância. Em primeiro lugar, a qualificação de positivistas com que Botelho apodava os professores universitários portugueses, se bem que, quanto a isto, Álvaro Ribeiro, irónico, não deixasse de sublinhar que “... Afonso Botelho, usa, porém, o termo *positivismo*, porque lhe repugna escrever aquela bem conhecida palavra rude que significa o contrário da inteligência...” (Ribeiro, 2004b, p. 160) . Em segundo lugar, a tese segundo a qual o modelo preponderante de ensino universitário em Portugal tinha por horizonte a finalidade “...apenas (de preparação) para exames...” (Idem, p. 161). Mas havia, também, uma discordância de fundo, que se encontrava no ceticismo do filósofo português quanto ao otimismo do seu confrade no tocante à possibilidade de a Universidade Católica Portuguesa, então ainda a fundar, inaugurar uma nova era no ensino universitário nacional: “Certo nos parece, porém, que a projetada Universidade Católica não restaura o equilíbrio mediador que definitivamente perdemos com a voluntariosa reforma do Marquês de Pombal.” (Id., pp. 161.162).

Nas linhas de “Residências de Professores”, também de 1955, Álvaro Ribeiro defendeu a construção destas estruturas com a justificação de que a sua existência beneficiaria a relação entre professores e estudantes. Para ele, com efeito, a relação pedagógica universitária em Portugal era problemática:

“Entre os problemas referentes à organização universitária, que tende a ser uma organização corporativa, surge constantemente o do aperfeiçoamento das relações entre alunos e professores. A crítica incide sobre o desconhecimento recíproco das pessoas, por falta de condições de convívio, já que a docência se exerce sobre vastíssimas turmas de estudantes” (Ribeiro, 2004b, p. 169).

Álvaro Ribeiro apontava três soluções para superar esta adversidade. A primeira seria “... o fracionamento das turmas, praticando-se assim no ensino universitário o que é da praxe no ensino secundário...” (Idem). A segunda consistiria no exercício daquilo a que o nosso pedagogo chamou de “consultório didático”, o qual mais não era do que o atendimento semanal dos “...alunos mais interessados e diligentes...” (Id.) , atendimento este que deveria ser devidamente remunerado, já que, na sua perspectiva, tal atendimento implicava não só mais tempo laboral, como também era “... mais difícil e delicado do que o das lições...” (Id.). A terceira solução seria, então, a construção de residências para professores nas proximidades dos edifícios universitários, pois, ao nelas habitarem com as suas famílias, os docentes estariam mais perto, e por mais tempo, dos espaços académicos, assim se criando, portanto, mais oportunidades para aquela interação entre mestres e discípulos que caracterizava as nascentes universidades medievais: “Certo nos parece que, residindo no bairro escolar os professores acederiam mais frequentemente ao convívio com os alunos, formariam convento, para empregar a expressão medieval...” (Id., p. 171).

Ainda em 1955 e a propósito do Congresso Nacional de Filosofia realizado pela Pontifícia Faculdade de Filosofia de Braga (hoje Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da UCP-Braga), o ensino da filosofia portuguesa, a vários níveis, o universitário incluído, foi o mote escolhido pelo nosso autor para “Entre o Passado e o Futuro – A Filosofia Portuguesa em 1955”. Retornando à tese que defendera em “O problema da Filosofia Portuguesa” (1943), o filósofo portuense voltou a alvitar o ensino de filosofia portuguesa nas nossas universidades, assim negando a ideia da impossibilidade de filosofias nacionais e, de entre estas, de uma filosofia portuguesa:

“A tese absurda de que a filosofia é uniforme, invariável no espaço e no tempo, e a presunção, não menos absurda, de sermos nós, Portugueses, o único povo sem filosofia própria, concorrem para a humilhação internacional, que se nos afigura ridícula na época em que todos os outros povos, mas especialmente os povos europeus e americanos, definem e defendem em

livros especializados as suas atitudes características perante o culto, a cultura e a civilização.” (Ribeiro, 2004b, p. 220).

No ano seguinte -1956- num dos dois escritos dispersos para aqui relevantes – “Culto e Cultura na Vida nacional” , Álvaro Ribeiro retomou esta problemática, para lamentar a existência “... entre os diplomados do ensino superior (...) [de] quem desconheça a autonomia da cultura portuguesa (...), enfim, as leis implícitas do nosso pensamento explícito em obras de filosofia.” (Ribeiro, 2004b, pp. 265-266). Tal facto, em seu entender, decorria do processo mais vasto de desnacionalização do nosso ensino, propugnada pelos arautos da descaracterização do nacional a sua sujeição ao universal, tese esta que, implicitamente e no limite, implicaria a deificação da cultura universal e a eliminação da diferenciação específica das culturas nacionais, assim confundindo entre cultura e culto:

“Considerar contrários (...) os termos usuais de «Universidade» e «Nacionalidade», para que a Escola se separe (...) do Estado, e para eliminar a filosofia [nacional] é tese que necessariamente surge dos erros acumulados pela desnacionalização. A cultura seria, para aqueles que adotam o critério internacionalista, a conversão possível do nacional em universal (...). Mais valeria, efetivamente, preconizar a tese idealista do desaparecimento das nações (...)’.

‘Negar a cultura nacional para afirmar a cultura universal equivale (...) a confundir a cultura com o culto...’ (Idem, p. 266).

O segundo disperso de 1956 aqui a considerar é “Associações Académicas”, texto em que o nosso pedagogo criticou as associações académicas enquanto entidades mediadoras entre os estudantes e a instituição universitária, tendo-as classificado como sendo “... um anacronismo, pelo que não podem ser instituições valiosas, úteis ou operantes...” (Ribeiro, 2004b, p. 251), Assim, estabelecendo que “... a verdadeira associação académica é, afinal, todo o corpo discente...” (Idem, p. 252), Álvaro Ribeiro sugeria que, em letra de lei, nos estatutos das universidades portuguesas, se consagrasse um princípio de representação estudantil nos órgãos de governo das mesmas, em número a discutir e através de um processo eleitoral sujeito a duas condições: a primeira era a de a designação destes representantes se fazer pelo sistema de entrega de uma lista dos candidatos, na qual cada eleitor riscaria os que não desejava que o representassem; a segunda era a de salvaguardar o direito de veto, não da instituição, mas sim dos professores.

Na década de cinquenta, por fim, há a realçar uma passagem de uma entrevista dada pelo nosso autor a António Quadros. Aí, Álvaro Ribeiro, desejando que o nosso ensino liceal privilegiasse os estudos filosóficos, porque conferiria já importantes ferramentas intelectuais aos alunos que viessem ingressar nas universidades, propunha, mencionando as faculdades de Letras, Ciências e Direito, que os planos de estudos fossem organizados de modo tal que concedessem aos estudantes o suficiente tempo livre para se dedicarem ao estudo de problemas especificamente portugueses.

Deste modo, queria o discípulo de Leonardo que os currículos daquelas faculdades tivessem um número reduzido de dois tipos de disciplinas, a saber, as “... disciplinas (...) designadas por lei, e portanto obrigatórias...” (Ribeiro, 2004b, p. 379) e as disciplinas de opção, “... escolhidas pelo estudante, de harmonia com os seus interesses, as suas tendências e as suas vocações.” (Idem). Ficariam os alunos, assim, com tempo suficiente para, logo desde o primeiro ano académico, começarem a dedicar-se à preparação da sua dissertação de formatura, a qual deveria ser “... sobre problemas portugueses...” (Id.), destarte se conseguindo que “A lista de problemas nacionais ainda por resolver (...) [fosse] diminuindo, de ano para ano, graças à contribuição de todos os estudantes universitários.” (Id.).

4. Dispersos das décadas de 60, 70 e 80

“A Antiga Faculdade de Letras do Porto e a «Renascença Portuguesa” é um pequeno hino, um canto que o nosso autor dedica à primeira Faculdade de Letras do Porto, a sua *alma mater*, que, no tocante ao primeiro período da sua efêmera vida, constituía, para ele, o paradigma de escola universitária. Tal período inicial era o que ia da sua fundação, por Leonardo Coimbra, ao término da sua direção pelo Criacionista, fase esta que o nosso autor claramente distinguiu da direção posterior de Damião Peres e Luís Cardim, por, neste momento, a faculdade se ter afastado do espírito da Renascença Portuguesa, que que tinha sido o seu berço – “A Faculdade de Letras da Universidade do Porto quando dirigida por Damião Peres, primeiro, e por Luís Cardim, depois, deixou de estar subordinada ao espírito da «Renascença Portuguesa».” (Ribeiro, 2005, p. 140).

E, nesse berço, aquela que ele qualificou de instituição gloriosa de vida breve, bebera o leite do espiritualismo anti-positivista com que a Renascença pretendia animar a nascente república portuguesa:

“Temos de relacionar a vida breve de uma instituição gloriosa [– a primeira Faculdade de Letras do Porto–] com as correntes determinantes do pensamento nacional.”

‘(...) A fundação da sociedade cultural que tomou a designação de «Renascença Portuguesa», se teve por fim prestar colaboração entusiástica a quantos acalentavam de esperança a nova República, contribuiu, e muito, para refutar (...) a doutrinação positivista (...). Contra a subordinação da vida humana às regras técnicas, às leis científicas, (...) defenderam a liberdade do *génio português* os pintores, poetas e pensadores que se reuniam para editar *A Águia*.’ (Idem, p. 138).

Aqui residia, por consequência, o fundamento e a superior dignidade daquela Escola, que nem todos os seus professores e alunos tinham compreendido, mas em que um pequeno número dos primeiros tinham iniciado alguns escolhidos de entre os segundos.

Não se tratava, todavia, de um ensino estritamente escolar. Tratava-se, sim, de uma iniciação, isto é, da introdução a um conhecimento não acessível a todos, precisamente por os professores-mestres entenderem que nem todos os alunos estavam preparados para o entenderem e assimilarem e assim, se tornarem em alunos-discípulos. Era, então, um ensino diferente e estranho ao didatismo académico corrente, praticado, por isso, em moldes nada comuns. Um autêntico ensino acroamático, a lembrar a iniciação filosófica na Grécia antiga. Ouçamos Álvaro Ribeiro testemunhando esta sua experiência:

“A doutrina esotérica da [Renascença Portuguesa] adquiriu expressão exotérica na Faculdade de Letras, graças ao mestrado admirável de Leonardo Coimbra, Teixeira Rego e Aarão de Lacerda, antigos colaboradores de *A Águia*. Só estes professores deixaram provas de haver perfeitamente entendido a doutrina admirável. Só estes professores exerceram influência espiritual na mentalidade dos estudantes.’

‘(...) O espírito hermético do *Mercure de France* não soprava em todas as aulas da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.’

‘Era, aliás, difícil prova de valentia, ou de valor, contradizer numa Escola do Estado a doutrina positivista da república Portuguesa. Os professores tomavam, consequentemente, a precaução de revelarem o seu melhor pensamento apenas aos estudantes que lhes mereciam confiança. Não só em conversas de livrarias e de cafés, mas também em passeios pelas ruas da cidade, os professores da Faculdade de Letras despertavam nas almas dos seus alunos o desejo piedoso de uma doutrina superior ao positivismo” (Id., pp- 138-139).

Entre 1969 – ano de crise estudantil universitária- e 1971 o nosso autor redigiu três pequenos textos em que aludiu à reforma universitária em Portugal: “Decénios e Vinténios” (1969), “Ensino Superior, Ensino Soberano” (1970) e “Revolução Universitária” (1971).

No primeiro destes artigos foi equacionada a questão da relação entre a universidade portuguesa e a pátria portuguesa, pois era aqui que residia, segundo Ribeiro, o nó górdio da reforma do ensino universitário. Para ele, com efeito, desde a reforma pombalina dos chamados Estudos Maiores que a universidade e a pátria viviam separadas : “A dissociação entre a Universidade e a Pátria, praticada há já dois séculos, aparece como anomalia evidente que (...) reiteradamente se afirma em críticas (...) numa bibliografia que ascende a milhares de opúsculos...”(Ribeiro, 2005, p. 191). Sem surpresa, de entre estes, salientou dois títulos da autoria do seu mestre, Leonardo Coimbra, a saber, *A Questão Universitária* e *O Problema da Educação Nacional*, por entender que, em tais escritos, “A tese da incompatibilidade da Universidade com a Pátria avulta entre a argumentação maravilhosa.” (Idem).

A universidade portuguesa, pensava Álvaro Ribeiro, não era uma universidade patriótica, isto é, ao serviço da pátria portuguesa, antes sendo, isso sim, uma universidade nacionalista, ou seja, ao serviço da nação portuguesa, tese esta cujo significado profundo só é alcançável se se tiver em conta, como ele próprio o fez notar, que entre nação e pátria está a diferença que medeia entre a natureza e o espírito: “Fala-se, por vezes, em unidade da Nação para preencher com um sucedâneo empírico o lugar espiritual (...) vazio.(...). A Nação é por assim dizer, o lugar natural, ou seja, a Natureza; a Pátria é, por contraste, a Razão, a liberdade no tempo porvir.” (Id., p. 192).

Era a esta luz que o nosso pensador via a, ao tempo, agitação e inquietude estudantis: a academia portuguesa “... sequiosa de verdade, que lhe tem sido negada em nome do saber, ou da ciência, que as instituições decretam...” (Id., p. 191), contestava o paradigma da universidade pós-pombalina, da universidade que, “... cada vez menos atenta à função de renovar pela filosofia o ideal político da Pátria...” (Id.) e cada vez “...mais fiel à importação de cultura estrangeira...” (Id.), pouco mais fizera do que tentar “... radicar o melhor do exótico no vasto território da Nação...” (Id.) . E, indo mais longe, concluía Álvaro Ribeiro que, através desta manifestação de desilusão com a universidade que tinha, o que a juventude universitária portugueses queria, “... na sua consciência ou na sua inconsciência (...), [era] acima de tudo, a vontade de continuar Portugal.” (Id., p. 192).

A julgar pelo disperso do ano seguinte –“Ensino Superior, Ensino Soberano”- talvez fosse mais inconsciente do que inconscientemente que a juventude universitária, na sua contestação, estivesse a exprimir uma vontade de continuar Portugal. O filósofo portuense, na realidade,

começando por avisar para o perigo de uma reforma da universidade “... simplesmente administrativa(...), que consista em deslocções de palavras no espaço do papel, (...) sem alcance cultural...”(Ribeiro, 2005, p. 214) , continuou lembrando um outro perigo, o de os reformadores procederem privilegiando “... os interesses e as conveniências do corpo docente (...), com inconfessado desdém (...) pelas conveniências dos estudantes ...” (Idem) , deixou claro que a perspectiva em que se colocava era a dos alunos, por estar convencido de que “... os estudantes representam esse movimento de alma que é a filosofia, ainda quando ignorem a Arte de filosofar.” (Id., p. 215).

Esta ignorância, ou inconsciência, era a causa do perfil menor dos discentes do ensino universitário, porque os tornava mais alunos do que estudantes, mais adolescentes liceais do que jovens universitários, diferença que o nosso autor pelo facto de o ensino liceal não os ter devidamente preparado para aquilo que ele, Álvaro Ribeiro, pensava que devia ser um verdadeiro ensino universitário:

“Desta posição se vê claramente que o erro português está na falta de articulação do ensino liceal com o ensino universitário, ou seja, no facto de considerar *estudantes* a multidão inquieta e irrequieta dos adolescentes que, por falta de preparação filosófica e por sujeição a ideologias estrangeiras, não passam de meros *alunos* nas escolas superiores. As lutas promovidas pelas «associações académicas» são lamentáveis demonstrações de imaturidade intelectual...” (Id.).

Assim, antes de reformar a universidade, impunha-se a tarefa de promover a “... estruturação aristotélica do liceu português e, portanto, a formação filosófica de quem há-de estudar em escola superior, (...) como preâmbulo indispensável de duradoura validade ao serviço da Pátria.” (Id.).

Em 1971, no acima referido disperso intitulado “Revolução Universitária”, o nosso filósofo defendeu esta mesma expressão, preferindo-o à de “reforma do ensino superior”, este se referindo ao ensino universitário, expressão que refutou criticando os seus dois conceitos integrantes: o conceito de reforma e o conceito de ensino superior.

O nosso pedagogo punha em causa a pertinência da aplicação à universidade do conceito de reforma, defendendo que “... o substantivo *reforma* encerra e encobre um conceito inaplicável (...) porque a mudança de forma implica a conservação da matéria...” (Ribeiro, 2005, p. 223) . No tocante à ideia de ensino superior, que abrangia o universitário, a posição alvarina foi a de alertar para a

confusão que se estabelecia entre as profissões socialmente consideradas superiores, para cujo exercício era necessário um diploma universitário, e a superioridade deste ensino relativamente aos demais. Por outras palavras: do conceito de superioridade profissional não se seguia, nem se antecedia, uma superioridade do ensino que para essas profissões preparava. Por isso, assim se interrogava e concluía o antigo aluno da primeira Faculdade de Letras do Porto:

“...haverá ensino superior? Poderá o adjetivo *superior* qualificar o substantivo *ensino* quando a determinação no espaço corporativo se refere apenas à gradação das profissões? (...) Só nos domínios da repartição burocrática poderá manter-se a ficção de que o ensino administrado a adultos, ou a adolescentes, seja, ou tenha sido, *superior* ao ensino ministrado a crianças na escola maternal.” (Idem, p. 224).

Tendo isto em conta, Álvaro Ribeiro pugnava não por uma reforma do ensino superior, mas por uma revolução universitária.

Revolução e não reforma, porque entendia que, em tudo quanto concernia à educação, o essencial era retornar à pureza original das intenções da realidade educativa em causa, à sua finalidade original, entretanto deformada pelas condições reais da sua implementação quotidiana concreta, neste retorno consistindo propriamente o conceito de revolução: “A revolução, ou linha geral de regresso ao ponto de partida, será intuída como o movimento para o princípio espiritual que, deontologicamente, prevalece sobre a ordem temporal. O problema da educação nacional enuncia-se, assim, independentemente de qualquer situação histórica, em atualidade filosófica...” (Id., p. 225).

Universidade e não ensino superior, porque regressar ao ponto de partida da universidade não era proclamar o seu ensino como sendo superior relativamente aos demais, mas sim conseguir educar homens superiores, e superiores não pelas suas capacidades técnico-profissionais, mas pela sua elevação racional:

“As universidades medievais caracterizam-se pelo intento mais ou menos claro de proclamar a apoteose da razão, do universal que reside no pensamento humano(...). A Universidade não tem por fim transmitir um ensino qualificado de superior em razão da superioridade das profissões a que os respetivos cursos se destinam. Cumpre-lhe, sim, formar

homens superiores, ou super-homens, segundo um critério de superioridade incomensurável com a adaptação às exigências do progresso da técnica...” (Id.).

De 1981, ano da sua morte, editado alguns meses antes da ocorrência desta, data o último disperso de Álvaro Ribeiro aqui a assinalar – “Ausência e Presença da Filosofia”-, em que, uma vez mais, retorna ao problema da filosofia portuguesa que enunciara quase quatro décadas antes. Assim, volta a acusar a universidade portuguesa de, por estar sujeita à cultura estrangeira, a “... um critério francês, inglês ou alemão, clássico, romântico ou realista, na alternância ou na sucessão das modas literárias...” (Ribeiro, 2005, p. 306), ser incapaz de cumprir a tarefa de investigar, e ensinar, “...o pensamento filosófico que ao longo dos séculos, inspirou a literatura, a política e a religião dos Portugueses...” (Idem). E, em tom de desabafo indignado, termina com as palavras de ouro da seguinte interrogação:

“Se o homem francês, o homem inglês, o homem alemão recebem educação filosófica que lhes permite (...) realizar obra criadora na literatura, na política e na religião, por que há-de o homem português continuar a receber passiva e esterilmente as diretrizes de livreiros, escritores e jornalistas estrangeirados? Não haverá, entre nós, quem seja capaz de resolver o problema da filosofia portuguesa?” (Id., p. 307).

5. Síntese conclusiva

A primeira conclusão que se nos sugere tirar destes dispersos de Álvaro Ribeiro sobre a universidade publicados entre 1933 e 1981, é a de que se distinguem duas preocupações de fundo: a preocupação de denunciar os males da universidade portuguesa da altura e a preocupação de traçar soluções para alguns desses males.

O maior dos males, e primeiro cronologicamente falando, era o modelo de universidade que tinha presidido à reforma pombalina das Escolas Maiores.

Daqui, com o tempo, seguiu-se uma separação entre a universidade pós-pombalina e a Pátria: Portugal tinha uma universidade nacionalista, mas não tinha uma universidade patriótica, ou, de outro modo, a nação portuguesa tinha uma universidade ao seu serviço, mas assim não a Pátria portuguesa. No seu auge, esta separação entre a Pátria e a universidade tinha resultado no desconhecimento, por parte dos universitários, da cultura portuguesa e na sua formação ao sabor de teorias filosóficas a ela

estranhas, entre as quais pontificara o positivismo, que se tinha tornado numa autêntica cartilha axiológica da mentalidade e da práxis universitárias.

Passando dos defeitos do paradigma às debilidades dos protagonistas, professores e alunos, da vida universitária portuguesa, o portuense considerava os professores academicamente nem sempre honestos, sobretudo no tocante aos concursos para ingresso no corpo docente. Quanto ao corpo discente, achava-o filosoficamente impreparado para frequentar a universidade, também criticando o facto de esta se relacionar com eles –os alunos- através de umas como que sacerdotisas intermediadoras que eram as associações académicas. Nesta sequência, um ultimo mas não menos importante mal apontava o nosso autor à universidade portuguesa, o qual era a deplorável relação pedagógica nela cultivada e praticada, caracterizada por um notório afastamento entre professores e estudantes

Ensaiaando alternativas ao que denunciava, e quanto às questões de ordem pedagógica, a posição alvarina era a de que tudo devia ser feito para aproximar os estudantes da universidade, já no concernente à sua participação, sem intermediação alguma, nas decisões institucionais, já no respeitante à melhoria da relação pedagógica.

Assim, por um lado, queria o nosso pensador que fossem abolidas as associações académicas, em vez destas passando a vigorar um regime de representação estudantil nos órgãos de gestão da universidade. Por outro lado, para dar qualidade à relação pedagógica nas universidades, alvitrou a formação de turmas mais pequenas, a instituição do atendimento aos alunos, pelos professores, em horário extra letivo, bem como a construção de residências universitárias para professores próximas das instalações das universidades, para que, deste modo, os docentes, habitando próximo das suas faculdades, estivessem mais presentes junto dos seus alunos.

Focando-nos, agora, na alternativa de paradigma universitário pensada por Álvaro Ribeiro, teremos de concluir que o filósofo portuense elegeu a escola universitária em que se tinha fundado: a primeira Faculdade de Letras do Porto, ao tempo da sua direção por Leonardo Coimbra. Ao fazê-lo, se bem que lhe atribuisse mais do que uma virtude –mormente a da seletiva modalidade acroamática do ensino e a da sua ligação ao espiritualismo anti-positivista da Renascença Portuguesa-, ao fazê-lo, dizíamos, o nosso pedagogo quis focar, sobre todas, a importância dos estudos filosóficos nela desenvolvidos, já que até sublinhou que o seu êxito lhes era primordialmente devido.

Não admirará, portanto, que tivesse proposto que a Filosofia assentasse arraias nas faculdades de Direito e de Letras sob a forma de uma disciplina de Filosofia da História que fosse a

alavanca um superior entendimento da História de Portugal. Mas propôs mais: propôs que as teses de licenciatura não só em Histórico-filosóficas, mas também nos outros cursos de Letras, como ainda nos das faculdades de Ciências e no de Direito, incidissem apenas sobre problemáticas e autores da filosofia portuguesa, para, também assim, colocar a universidade ao serviço da cultura lusa, não deixando de frisar que, para que se conseguisse este efeito, era mister uma mudança no ensino liceal da Filosofia.

O ensino universitário da filosofia portuguesa constituiu mesmo, para Álvaro Ribeiro, uma preocupação maior, pois via nele a via solução para superar as ideias positivistas que, impregnando a nossa mentalidade, se tornavam um sério escolho à compreensão da matriz escolástica do pensamento português. E para que cabalmente se alcançasse esta compreensão, o nosso autor entendeu, inclusivamente, que o desenvolvimento dos estudos filosóficos universitários, sobremodo os de filosofia portuguesa, não se fizesse sem um paralelo desenvolvimento dos estudos teológicos, *maxime* os teológico-católicos. Assim, no panorama universitário português, a criação da Faculdade de Filosofia teria de ser acompanhada da restauração da Faculdade de Teologia.

Com efeito, quis, enfim, o nosso pensador, que a Filosofia, e também a Filologia, se emancipassem das faculdades de Letras. Parece-nos que, quanto a este aspeto da sua reflexão e atendendo aos textos estudados, só se pode mesmo concluir que o autor formulou uma proposta de instituição de duas novas faculdades – as de Filologia e de Filosofia– a partir da faculdade de Letras e não que esta se extinguisse e desse lugar àquelas, tendo, porém, explicitado muito bem que pretendia uma faculdade de Filosofia autónoma e não a simples alteração da designação das faculdades de Letras para faculdades de Filosofia. Duas razões davam azo a esta postura: a proteção e promoção da cultura portuguesa, sobretudo face à cultura francesa, tarefa esta em que desempenharia papel relevante a Faculdade de Filologia, e a autonomização da Filosofia no contexto universitário, que iria até ao ponto de ela mesma organizar, em si mesma e por si mesma, os estudos filológicos de que necessitasse, através de disciplinas filológicas próprias.

A Faculdade de Filosofia seria, pois, totalmente independente na estrutura universitária. Se não esquecermos que, em “O Porto e os estudos humanísticos”, artigo de 1945, era apontada a secção de Filosofia como o maior factor explicativo do valor académico da extinta Faculdade de Letras do Porto, e se também não esquecermos que esta Faculdade era apresentada como o modelo a ter sempre presente, então não será de todo ilegítimo pensar que, tal como, em escala menor, a secção de Filosofia era causa do valor de uma faculdade paradigmática, a Faculdade de Filosofia seria, em escala maior, o motor da qualidade da universidade portuguesa. Seria a força expurgatória

do seu subdesenvolvimento pedagógico e daqueloutro sinal de atraso que residia na falta de honestidade dos seus professores e nos problemas de ordem pedagógica.

Usando as suas próprias palavras: uma autêntica revolução universitária e não uma mera reforma do ensino superior, eis o que Álvaro Ribeiro pretendia para a universidade portuguesa.

Bibliografia

1. Fontes

.- Ribeiro, Álvaro, “Inquérito sobre a Universidade”, em *Dispersos e Inéditos* [organização e apresentação de Joaquim Domingues], vol. I, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2004 [Publicação original no jornal figueirense *A Voz da Justiça*, de 25 de março de 1933].

.- Idem, “Programa de um estudo nacional”, em *ibidem*, pp.221-230 [Publicação original datada de 1943 e feita nas pp. 1 a 10 do nº 4 da revista luso-brasileira *Atlântico*, Lisboa-Rio de Janeiro].

.- Idem, “Faculdade de Filologia”, em *ibidem*, pp.259-261 [Primeira publicação em *Litoral*, Lisboa, agosto-setembro de 1944, pp. 323-325].

.- Idem, “O Porto e os seus estudos humanísticos”, em *ibidem*, pp. 293-295 [Carta recolhida de *O Tripeiro* (nova série), de novembro de 1945, p. 153].

.- Idem, “A História da Filosofia e o ensino universitário”, em *ibidem*, pp. 325-328 [Primeira publicação a pp. 58-60 da revista luso-brasileira *Atlântico*, nova série, nº 5, dezembro de 1947].

.- Idem, “Faculdade de Letras ou Faculdade de Filosofia?...”, em *ibidem*, pp.361-362 [O artigo foi originariamente impresso no *Diário Popular* de 25 de janeiro de 1949].

.- Idem, “Teses de Filosofia”, em *ibidem*, pp. 391-394. Primeira publicação feita na edição do *Diário Popular* de 27 de dezembro de 1949.

.- Idem, “O ensino da Teologia e a Filosofia Portuguesa”, em *ibidem*, pp. 445-447 [O suplemento “Das Artes & Das Letras”, de *A Semana*, de 2 de fevereiro de 1952, deu pela primeira vez a estampa este artigo].

- .- Idem, “O Drama do Universitário, por Afonso Botelho, Lisboa, 1955”, em *Dispersos e Inéditos [organização e apresentação de Joaquim Domingues]*, vol. II, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2004, pp. 159-162 [Recolhido do “Diário Popular”, Lisboa, de 20 de julho de 1955].
- .- Idem, “Residências de Professores”, em *ibidem*, pp.169-171 [Publicado no “Diário Popular”, Lisboa, de 27 de agosto de 1955].
- .- Idem, “Entre o Passado e o Futuro – A Filosofia Portuguesa em 1955 ”, em *ibidem*, pp. 219-223 [Disperso recolhido do “Diário Popular”, Lisboa, de 31 de dezembro de 1955].
- .- Idem, “Associações Académicas”, em *Dispersos e Inéditos [organização e apresentação de Joaquim Domingues]*, vol. II, pp. 251-253 [Primeira publicação no “Diário Popular”, Lisboa, de 24 de maio de 1956].
- .- Idem, “Culto e Cultura na Vida Nacional”, em *Dispersos e Inéditos [organização e apresentação de Joaquim Domingues]*, vol. II, pp. 263-266 [Texto coligido do “Diário Popular”, Lisboa, de 23 de agosto de 1956].
- .- Idem, “Testemunho”, em *Dispersos e Inéditos [organização e apresentação de Joaquim Domingues]*, vol. II, pp. 357-383 [Publicação original em 57, ano I, nº 3-4, Lisboa, dezembro de 1957, pp. 6-9].
- .- Idem, “A Antiga Faculdade de Letras do Porto e a «Renascença Portuguesa”, em *Dispersos e Inéditos [organização e apresentação de Joaquim Domingues]*, vol. III, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005, pp. 137-14 [Original publicado em *Portucale*, suplemento à 3ª série, Porto, dezembro de 1966, pp. 36-38].
- .- Idem, “Decénios e Vinténios”, em *ibidem* pp. 189-192 [A primeira publicação ocorreu a pp. 1 e 5 do *Diário de Notícias* de 23 de novembro de 1969].
- .- Idem, “Ensino Superior, Ensino Soberano”, em *ibidem*, pp. 213-215 [Texto pela primeira vez dado a lume no suplemento “A Ilha”, pp. 11-12, do funchalense *Jornal da Madeira*, de 29 de Outubro de 1970].
- .- Idem, “Revolução Universitária”, em *ibidem*, pp. 223-226 [Publicação original a pp. 5-6 do nº 21 da revista *Observador*, de 9 de julho de 1971].
- .- Idem, “Ausência e Presença da Filosofia”, em *ibidem*, pp. 305-307 [Primeira publicação na revista *Ensaio*, nº 2, janeiro-fevereiro de 1981, pp. 4-5]

2. Estudos

- .- AA.VV., *O pensamento e a obra de José Marinho e de Álvaro Ribeiro* [Actas do Colóquio], 2 vols., Universidade Católica Portuguesa: Centro Regional do Porto/ Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2005.
- .- Abreu, Paulo Jorge Brito e, “Filosofia Portuguesa em Álvaro Ribeiro”, em *Nova Águia: Revista de Cultura para o Século XXI*, Lx, nº 8, 2º semestre de 2011, pp.71-74.
- .- Borges, Paulo, “A ideia de universidade em Álvaro Ribeiro”, em *Nova Renascença*, Porto, vol. XIII, nº 48, Inverno de 1993, pp. 127-140.
- .- Casulo, José Carlos, “Álvaro Ribeiro: Pedagogia universitária da Filosofia em *O problema da Filosofia Portuguesa*”, em *Revista Galego-Portuguesa de Psicología e Educación*, ano 7º, vol. 10, nº8, 2003, pp. 344-352.
- .- Casulo, José Carlos, “Contributo para o estudo da teoria escolar de Álvaro Ribeiro”, em AA.VV., *O pensamento e a obra de José Marinho e de Álvaro Ribeiro*, (vol. II), UCP-Porto/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2005, pp. 161-172.
- .- Casulo, José Carlos, “Álvaro Ribeiro: De Universitate (dispersos entre 1933 e 1949)”, em AA.VV., *O pensamento luso-galaico-português (1850-2000): actas do congresso internacional*, vol. II, Universidade Católica Portuguesa: Centro Regional do Porto/ Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2009, pp. 205-215.
- .- Cruz, Alexandrina Emília M. M. da, *Álvaro Ribeiro: Praxis Educacional, Ideias Pedagógicas e Tipos de Ensino* [dissertação de mestrado sob orientação de José Carlos de Oliveira Casulo apresentada à Universidade do Minho], Universidade do Minho, Braga, 2006.
- .- Domingues, Joaquim, *Filosofia portuguesa para a educação nacional*, Fundação Lusíada, Lisboa, 1997.
- .- Domingues, Joaquim, “Apresentação”, em Ribeiro, Álvaro, *Dispensos e Inéditos – organização e apresentação de Joaquim Domingues*, vol. I, Lisboa. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2004, pp. 11-18.
- .- Domingues, Joaquim, “Erudição Filosófica”, em *Nova Águia: Revista de Cultura para o Século XXI*, Lx, nº 8, 2º semestre de 2011, pp. 45-48.
- .- Gomes, Pinharanda, “Álvaro Ribeiro (1905-1981): A Filosofia como Arte & Aditamento Bibliográfico”, em *Nova Águia: Revista de Cultura para o Século XXI*, Lx, nº 8, 2º semestre de 2011, pp. 105-115.

.- Manso, Artur, “O que é a *Escola Formal*”, em *Nova Águia: Revista de Cultura para o Século XXI*, Lx, nº 8, 2º semestre de 2011, pp. 15-24.

.- Martins, Pedro, “Pátria, História e Epopeia: Álvaro Ribeiro, Jaime Cortesão e a Filosofia Portuguesa”, em *Nova Águia: Revista de Cultura para o Século XXI*, Lx, nº 8, 2º semestre de 2011, pp. 75-87 e nº 9, 1º semestre de 2012, pp. 77-96.

.- Patrício, Manuel Ferreira, “Discurso na Sessão de Encerramento”, em AA.VV., *O pensamento e a obra de José Marinho e de Álvaro Ribeiro*, (vol. II), UCP-Porto/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2005, pp. 305-312.

.- Patrício, Manuel Ferreira, “A Língua Portuguesa e o destino de Portugal”, em *Nova Águia: Revista de Cultura para o Século XXI*, Lx, nº 8, 2º semestre de 2011, pp. 58-59.

.- Sinde, Pedro, “Sete Sábios Portugueses: António Telmo, Agostinho da Silva, Álvaro Ribeiro, José Régio, Teixeira de Pascoaes, Guerra Junqueiro, Sampaio Bruno”, Ed. Tartaruga, Chaves, 2013.

.-Teixeira, António Braz, “Álvaro Ribeiro”, em Calafate, Pedro (dir. de), *História do Pensamento Filosófico Português*, vol. V (tomo I), Caminho, Lisboa, 2000, pp. 172-209.